

16 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

Estímulo indefensável

Na semana passada, os magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro passaram a receber mais um injustificável benefício — ou, para usar a expressão do desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, presidente da corte, um simples “estímulo”.

Trata-se de auxílio-educação de R\$ 953,47, que pode ser requerido por todos os funcionários do TJ-RJ cujos filhos tenham de 8 a 24 anos (até o limite de três dependentes).

Aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), a nova contribuição permite que juízes e desembargadores do tribunal acrescentem até R\$ 2.860,41 a seus nada desprezíveis rendimentos mensais.

Cabe notar o quanto a ajuda financeira, em si questionável, é também injusta em termos sociais: ela equivale a 12 vezes o montante pago pelo Bolsa Família para cada criança mantida na escola por pais que, juntos, mal ganham 2% do salário de um magistrado.

A regalia acarretará custo adicional de R\$ 160 milhões em 2016, segundo cálculos da corte. Os recursos sairão do Fundo Especial do TJ, peculiaridade fluminense constituída sobretudo pela verba das custas judiciais — em outros Estados, ela vai para o Tesouro — e que deveria bancar a modernização e

o reaparelhamento do Judiciário.

Com a nova vantagem, sobem para sete os mimos pecuniários oferecidos aos magistrados do Rio. Já existiam auxílios para moradia (R\$ 4.377), alimentação (R\$ 1.825), pré-escola (R\$ 953), funeral (R\$ 1.800) e adoção (até R\$ 3.940, válido para todos os servidores estaduais), além de um bônus de até R\$ 15.235 por acumulação de cargos.

Tudo isso, vale dizer, complementa ordenados que variam de R\$ 26,1 mil a R\$ 30,5 mil.

Boa parte desses “estímulos” decorre da lei estadual nº 5.535, de 2009. Em 2010, a Procuradoria-Geral da República questionou no Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade do diploma, que, entre outras coisas, libera supersalários para os magistrados do Rio.

Na ação, a PGR argumenta que a regra fluminense trata de assuntos que só poderiam ser regulados pela Lei Orgânica da Magistratura (Loman), de âmbito nacional.

A análise do caso, entretanto, terminou interrompida em maio de 2012 por pedido de vistas do ministro Luiz Fux, ele próprio oriundo do Tribunal de Justiça do Rio.

Não se sabe o que leva Fux a descumprir o prazo de duas sessões para apresentar seu voto. Sabe-se, porém, que, enquanto isso, os magistrados do Rio continuam recebendo “estímulos” indefensáveis.

16 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

Dirceu e mais 14 viram réus em ação por suspeita de desvios na Petrobras

Preso desde agosto, ex-ministro é acusado de corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa

Ex-tesoureiro do PT vai responder ao terceiro processo da Lava Jato, que também atinge sócios da Engevix

O juiz federal Sergio Moro aceitou nesta terça-feira (15) denúncia do Ministério Público Federal contra o ex-ministro José Dirceu e outros 14 acusados de envolvimento com desvios na Petrobras.

Preso em agosto na 17ª fase da Operação Lava Jato, Dirceu, chefe da Casa Civil no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, volta a ser réu em uma ação penal quase três anos após ter sido condenado no julgamento do mensalão.

Desta vez, ele foi acusado pelo Ministério Público Federal de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Entre os outros réus estão Luiz Eduardo, irmão dele, e Julio César dos Santos, sócio da JD Consultoria, empresa do petista.

Em despacho em que aceitou a denúncia, Moro afirmou que “parece difícil justificar” uma série de pagamentos feitos a título de consultoria.

Na denúncia, o Ministério Público Federal afirmou que a JD Consultoria recebia de empreiteiras contratadas pela Petrobras sem produzir ne-

nhum tipo serviço de volta.

A suspeita é de que foi pago um total de R\$ 11,9 milhões em propina com origem em contratos na estatal, já que Renato Duque, ex-diretor de Serviços da companhia, tinha apoio do ex-ministro. Duque também virou réu na ação.

Outro acusado de destaque dentro do PT é o ex-tesoureiro João Vaccari Neto, suspeito de articular repasses das empresas para o partido, também via doações oficiais.

O lobista Milton Pasco-witch, que firmou um acordo de delação, diz ter intermediado pagamentos da Engevix para Dirceu e para o PT. Segundo a denúncia, a empreiteira repassou R\$ 53,8 milhões à Jamp Engenharia, empresa de Pasco-witch.

Além de Dirceu e Vaccari, diz a acusação, receberam parte do valor os irmãos Fernando e Olavo Moura, que também viraram réus.

Camila Ramos, filha de Dirceu, tinha sido denunciada pelo Ministério Público sob a acusação de lavagem, mas Moro entendeu que não há provas de participação e não a incluiu na ação.

O juiz também rejeitou denúncia contra uma arquiteta que trabalhou na reforma de uma casa de Dirceu.

A ação menciona obras da Petrobras em três refinarias e

uma unidade de tratamento de gás. (FELIPE BÄCHTOLD E BELA MEGALE)

**> OUTRO LADO <
Exclusão de filha de petista é bom senso, diz defesa**

O advogado Roberto Pod-val, que representa José Dirceu, Luiz Eduardo, irmão do ex-ministro, e Camila Ramos, filha dele, afirmou que está trabalhando na peça de defesa dos clientes.

O criminalista disse que “foi um grande alívio” ver que o juiz Sergio Moro rejeitou a denúncia da filha do petista. “Mostra bom senso.”

A defesa de João Vaccari Neto afirma que a acusação se baseia em “delações”, sem que haja “prova”. O advogado de Roberto Marques reitera que a denúncia é fundamentada somente na versão “única” de delatores.

A defesa de Renato Duque disse que não foi informada da denúncia. O advogado dos irmãos Fernando e Olavo Moura afirmou que só se manifestará quando for formalmente notificado.

A defesa de Cristiano Kok e José Antunes Sobrinho, da Engevix, disse que a empresa vai colaborar com a Justiça. O mesmo foi dito pelo advogado que representa Julio Camargo e Pedro Barusco.

Proibir doações de empresas vai crescer caixa 2, diz Gilmar Mendes

DE BRASÍLIA - Às vésperas da retomada no STF (Supremo Tribunal Federal) do julgamento que trata da constitucionalidade do financiamento privado de campanhas eleitorais, o ministro Gilmar Mendes afirmou nesta terça (15) que, se o tribunal mantiver a tendência de proibir esse tipo de doação, o país voltará a ter um “amontoado de caixa dois”.

Para Gilmar, caso o Supremo decida vetar as doações, a parte da reforma política que as autoriza — aprovada pelo Congresso e que depende de aval da presidente Dilma Rousseff — estará ameaçada.

A corte já tem maioria (6 dos 11 votos) para vetar doações de empresas, principais financiadoras de campanhas. A ação da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) começou a ser dis-

cutida em dezembro de 2013, mas o debate foi interrompido. O ministro Teori Zavascki foi o único até agora que defendeu a legalidade das doações.

Essa posição deve ser seguida por Gilmar, que ficou por um ano e cinco meses analisando o caso. Na sessão de quarta (16), ele vai defender que a proibição de doações privadas não coíbe corrupção e também a fixação de um teto para esse tipo de repasse. Para o ministro, cabe ao Congresso tratar do tema.

“Se o Supremo manifestar que é inconstitucional será inconstitucional a doação de empresa e ponto final. Quer dizer voltamos ao status pré-governo Fernando Collor em que se tinha doação só de pessoas privadas. O Brasil sempre teve isso. E um amontoado de caixa dois”, afirmou o ministro.

Delegado da PF critica decisão do STF que permitiu quebra de sigilo

DE RIBEIRÃO PRETO - O delegado da Polícia Federal em São José do Rio Preto José Eduardo Pereira de Paula disse nesta terça (15) discordar da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que permitiu a quebra do sigilo telefônico do jornalista Allan de Abreu e do jornal “Diário da Região”.

Reportagens de Abreu informaram sobre operação da PF que apurou um esquema de corrupção na Delegacia do Trabalho do município. Os textos revelaram o teor de escutas telefônicas sob sigilo judicial.

Pereira de Paula comandou o inquérito sobre o caso e pediu à Justiça que fosse proferida a mesma decisão tomada em relação à TV Tem — afiliada da Globo que também foi investigada, mas em cuja atuação a Justiça não viu crime.

“Não concordo com essa decisão [do STF]. Ainda mais num país como o nosso, mergulhado na corrupção, na bandalheira. O jornalista, se ele tiver informação, tem de divulgar. Se não divulgar ele não é jornalista. Não faz sentido [a profissão]”, disse o delegado.

Apesar disso, ele afirmou que, caso a documentação a ser enviada pelas operadoras de telefonia chegue às suas mãos, cumprirá a decisão da Justiça. “Não posso me negar.”

A ANJ entrou na segunda (14) com recurso no STF. Nesta terça, a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) divulgou nota em que qualifica como “lamentável retrocesso” a decisão da corte que autorizou o prosseguimento da ação penal contra o jornalista. (MARCELO TOLEDO)

STF volta a negar restrição a filme que mostra Xuxa nua

DE BRASÍLIA - O STF (Supremo Tribunal Federal) manteve nesta terça (15) a decisão do ministro Celso de Mello que negou seguimento a uma reclamação da apresentadora Xuxa, da TV Record. Ela tentava restringir a exibição de imagens suas no filme “Amor Estranho Amor” (Walter Hugo Khouri, 1982) nas pesquisas do Google.

No longa — anterior à criação da figura de “rainha dos baixinhos” —, sua personagem aparece nua e faz sexo com um garoto. O caso começou em 2010, quando a defesa de Xuxa ajuizou ação contra o Google para que a empresa deixasse de exibir imagens quando buscado o termo “Xuxa pedófila”.

PAINEL

Novas mãos O inquérito contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) no Supremo foi redistribuído para o ministro Dias Toffoli.

Vem mais Teori Zavascki deve encaminhar outros casos para a presidência redistribuir. São acusações que se relacionam apenas lateralmente com a Lava Jato.

Visita à Folha Carlos Ayres Britto, ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), visitou ontem a **Folha**, a convite do jornal, onde foi recebido em almoço.

16 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

TEMPO ADICIONAL

O ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), pediu ao presidente da corte, Ricardo Lewandowski, que adie a votação hoje do processo que proíbe o financiamento de empresas a políticos em campanha eleitoral. Ele está em Estocolmo e diz que gostaria de participar da discussão quando voltar de viagem, na próxima semana.

TALVEZ SEJA TARDE

Lewandowski resiste a adiar, ponderando que a questão já está em análise no STF há muito tempo. O próprio Dias Toffoli já proferiu voto a respeito, em abril do ano passado. O placar hoje é de 6 votos a um pela proibição da contribuição privada às campanhas.

DATA CERTA

A data em que a votação será finalizada é crucial: caso o STF confirme que a contribuição de empresas é inconstitucional, estará aberto o caminho para Dilma Rousseff vetar lei aprovada na Câmara dos Deputados que permite o financiamento privado das campanhas. O STF daria à presidente o pretexto ideal: ela não pode sancionar leis que vão de encontro à Constituição. A petista tem até o dia 30 para vetar ou endossar a regra.

ESCOLHA DE SÓFIA

Se o STF não encerrar a votação nesta semana, o mais provável é que Toffoli peça vista do processo, adiando o resultado. Dilma então teria que decidir sem o aval da corte. Ela sempre disse ser contra o financiamento privado, mas teria dificuldade, no momento, de barrar lei aprovada pela Câmara.

16 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

Maluf vira réu pela quarta vez no Supremo

Deputado responderá
por falsidade ideológica

O deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) virou réu em ação penal no STF (Supremo Tribunal Federal) sob acusação de fraudar a prestação de contas de sua campanha à Câmara em 2010. Ele responderá por falsidade ideológica.

A decisão, unânime, foi tomada pela Primeira Turma do STF nesta terça (15).

Maluf é réu em outras três ações no STF sob acusação de superfaturar obras e enviar ao exterior verba desviada quando foi prefeito de São Paulo (1993-1996).

Desta vez, ele é acusado pelo Ministério Público Federal de não ter declarado à Justiça Eleitoral o pagamento de R\$ 168,6 mil em despesas da campanha pela Eucatex, empresa de sua família.

Para os ministros, não foi possível afastar os indícios de que despesas pagas pela empresa custearam a confecção de material de campanha.

O advogado Maurício Silva Leite, defensor de Maluf, negou irregularidades e afirmou que não é possível apontá-lo como autor do crime porque o deputado não assinou a prestação de contas.

“Uma campanha para deputado federal num Estado como São Paulo não dá ao candidato tempo para verificar todos os documentos da campanha”, disse. (MÁRCIO FALCÃO)

16 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça manda anular maior multa da história do Cade

Pena de R\$ 1,76 bi é revogada porque provas foram consideradas ilícitas

Juíza considerou ilegais as interceptações telefônicas feita só com denúncia anônima e as provas colhidas depois

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

A Justiça Federal em Brasília anulou a maior multa já aplicada na história do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), de R\$ 1,76 bilhão, contra a White Martins, produtora de gases. Cabe recurso contra a decisão.

A pena havia sido aplicada em 2010 pelo órgão federal responsável pela defesa da concorrência no país.

As provas que sustentavam a acusação de que a White Martins integrava um cartel são ilícitas, segundo a juíza Líviane Soares de Vasconcelos.

A ilicitude das provas decorre, segundo a juíza, do fato de que elas foram coletadas depois que foram feitas interceptações telefônicas que tinham como base apenas denúncias anônimas.

É um caso similar à Operação Castelo de Areia, que investigou suspeitas de pagamento de propina pela empreiteira Camargo Corrêa em 2009. Dois anos depois, o STJ (Superior Tribunal de Justiça)

anulou todas as provas da operação porque as interceptações haviam começado sem uma investigação preliminar.

A ideia por trás da decisão sobre a White Martins e a Camargo Corrêa é que a interceptação telefônica é uma medida invasiva demais para ser tomada exclusivamente com uma denúncia anônima. Ela só poderia ser requerida à Justiça se houvesse outros indícios de crime.

No caso da acusação sobre o suposto cartel de gases hospitalares, que chegou ao Cade em 2007, as cinco empresas acusadas de integrar o cartel, como a Aga, Air Liquide e Air Products, foram multadas em R\$ 2,94 bilhões.

Até então, a maior multa do órgão havia sido de R\$ 352 milhões, contra a Ambev.

A decisão que foi divulgada nesta terça (15) só vale para a White Martins. As outras empresas podem pedir à Justiça que a anulação da multa seja estendida a elas.

A ILEGALIDADE

A Justiça considerou ilícitas tanto as interceptações telefônicas como os documentos que foram coletados a partir das conversas gravadas.

De acordo com a decisão da juíza, “uma vez excluídas as provas obtidas por meio de interceptação telefônica, bem como os documentos apreendidos nas sedes das empresas investigadas (...), não subsistem outros elementos para a manutenção da decisão proferida pelo Cade”.

O pedido de interceptação foi feito pelo Ministério Público Federal de São Paulo.

A decisão afirma que, apesar de o Cade ter outros indícios da prática de cartel, não teria chegado à multa sem os grampos telefônicos e os documentos apreendidos.

O advogado Sergio Bermudes, que defende a White Martins, diz que a decisão mostra que as agências do governo não podem ser onipotentes e arbitrárias.

O Cade afirma que só irá se pronunciar quando for informado da decisão judicial.

FOLHA DE S. PAULO

Justiça

FRANCISCO DAUDT

Nossa reação natural ao injusto é a raiva; sem indignação, o indivíduo não clama pelo direito

16 SET 2015

EXISTE UMA questão muito evitada, infelizmente, pelos psicanalistas: que instrumento a psicanálise usa para a busca da cura? Pois respondendo: é a justiça.

Explico: um paciente me chega como um prisioneiro de sua infância, a neurose pode ser definida assim. Ele me contrata como a um advogado de defesa e, como tal, suspeito de que essa prisão tenha sido injusta, armada por inabilidade (raramente por má intenção) de quem o criou —é o complexo de Édipo. Quero ver os autos do processo: ele teve um julgamento justo? Teve direito a ampla defesa? Há atenuantes? As leis rompidas ainda vigem ou já prescreveram? Como menor, seria ele imputável pelos crimes de que o superego o acusa? À medida que vamos esclarecendo sua história, justiça vai sendo feita, e ele progride para o semiaberto, para a domiciliar, a condicional, até que se veja no processo interminável de construir sua liberdade.

“Ora, mas como o processo analítico pode competir em pouco tempo com décadas de treino na neurose?” Respondo: é a justiça. Ela tem uma tal força de recuperar a integridade que o círculo virtuoso, uma vez iniciado, põe o paciente sobre seus pés, de cabeça erguida, cheio de energia para lutar por seus direitos.

A justiça, que Aristóteles considerou como a maior das virtudes, está profundamente entranhada em nossa herança genética, eis por que somos tão sensíveis a ela, eis por

que vê-la atendida nos comove e nos faz sentir melhores, acima do horror do prosaico, do rasteiro, do mesquinho, do vulgar, do interesseiro, do predador, do corrupto. Ela é o eixo central da nobreza de espírito, da fidalguia, da beleza e da ética. É ela que nos faz dormir o melhor dos sonhos: o sono dos justos.

A justiça se pratica (ou se deixa de praticar) a cada momento: o que escrevo é justo? Estarei incorrendo no erro da injustiça? Usando o “mot juste” (palavra certa, justa, que bem se ajusta, em francês)?

Nossa reação natural ao injusto é a raiva: sem indignação, sem raiva, não se faz justiça, o indivíduo não clama pelo direito, o povo não vai para as ruas demonstrar sua repugnância. A raiva é a mãe da justiça. Desconfie de quem diz que a raiva é feia, que é um mal em si: esse está querendo calar sua boca, querendo que você se submeta à injustiça. Suas intenções são suspeitas.

O linchamento é um horror? Sim, mas ele também é expressão de busca da justiça e acontece principalmente quando há falência do Estado em promovê-la. A civilização começou com uma lei que é quase um linchamento: “olho por olho; dente por dente”. O direito democrático vem se esforçando por aprimorar as leis, fazê-las mais justas, num processo que nunca terá fim, pois a democracia é o pior dos regimes, com a exceção de todos os demais.

No filme “Filadélfia” (J. Demme, 1993), perguntam ao advogado representado por Tom Hanks por que fez carreira no direito. Ele responde: “Because now and then—in the realm of laws— justice is served!” (“Porque de vez em quando —na prática das leis— a justiça é feita”).

É essa, nos dias de hoje, a principal esperança de um brasileiro se orgulhar de seu país.

16 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

Juíza é afastada sob suspeita de corrupção

Magistrada teria recebido R\$ 9 mil
para soltar mulher de traficante

*“Ela não foi
citada nominalmente
nas gravações”*

CORRUPÇÃO

Juíza foi afastada da Vara de Execuções Penais de Londrina por suspeita de receber R\$ 9 mil para soltar a mulher de um traficante

Aline Machado Parodi

Reportagem Local

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) afastou a juíza Marcia Guimarães Marques da Costa, da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas de Londrina. A magistrada é suspeita de receber dinheiro para soltar a mulher de um traficante que havia sido presa em flagrante por tráfico de drogas em 2008 pela Polícia Federal.

A portaria de afastamento da juíza foi publicada no “Diário Oficial” do TJ-PR no dia 3 de setembro. De acordo com a portaria, a magistrada teria recebido R\$ 9 mil para indeferir o pedido de prisão preventiva contra o traficante e liberar a mulher dele que estava presa por tráfico de drogas. A negociação teria sido intermediada pelo advogado do traficante e o dinheiro, em espécie, teria sido entregue no gabinete da juíza no dia

15 de fevereiro de 2008.

O Ministério Público fez a denúncia baseado em gravações telefônicas interceptadas pela Polícia Federal. A quebra de sigilo bancário da juíza mostrou que ela estava em dificuldades financeiras e com saldo negativo no banco, mas três dias após ter recebido o suposto suborno pagou uma dívida pessoal no valor de R\$ 9 mil.

O advogado de defesa da magistrada, Julio Cesar Brotto, alega que a origem do dinheiro foi um refinanciamento de veículo. “Três dias antes da movimentação financeira ela fez um refinanciamento do seu veículo no valor de R\$ 39 mil, parte foi utilizada para o pagamento da dívida. Tem uma pertinência cronológica e vamos mostrar isso na defesa”, afirma Brotto.

O advogado frisa que em nenhum momento nas gravações telefônicas interceptadas pela Polícia Federal o nome da juíza foi mencionado. “Ela não foi citada nominalmente nas gravações”, disse. Ele também nega que Márcia tenha se

encontrado com o advogado do traficante no dia 15 de fevereiro de 2008.

O processo administrativo está em fase inicial. “Ela ainda não foi citada, mas está absolutamente clara a sua inocência. Ela não participa das conversas (gravadas pela PF) e vamos demonstrar que o dinheiro é fruto do refinanciamento do veículo”, afirmou Brotto.

16 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Lewandowski rejeita recurso para manter caso Gleisi com Teori

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, não atendeu o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para reconsiderar a decisão de redistribuir um trecho de investigação em que a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) é citada. O caso saiu do gabinete de Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato na Corte, após o ministro entender que não há relação entre o relatório que aponta indícios contra a petista e o esquema de corrupção na Petrobras. Após sorteio feito pela presidência do Tribunal, a relatoria do caso passou a ser do ministro Dias Toffoli. A PGR recorreu ao STF contra o encaminhamento do caso a Toffoli, sob alegação de que existe elo entre as informações sobre a senadora petista e a Lava Jato. Lewandowski entendeu que não cabe o recurso da PGR contra a decisão de redistribuir o procedimento, que não se trata ainda de investigação formal sobre a ex-ministra da Casa Civil. O presidente do STF negou o seguimento do agravo proposto pela PGR, sem analisar o mérito do pedido. A Procuradoria pode insistir no questionamento para levar o caso ao Plenário da Corte.

Maluf vira réu pela quarta vez

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu ontem ação penal e transformou em réu o deputado Paulo Maluf (PP-SP), que responderá por falsidade ideológica. O parlamentar é acusado de fraudar a prestação de contas de sua campanha à Câmara dos Deputados em 2010. A decisão foi tomada pela Primeira Turma do STF. Maluf já responde a outras três ações penais no tribunal por suposto superfaturamento de obras e envio de dinheiro desviado ao exterior referentes ao período em que era prefeito de São Paulo (1993-1996). O caso analisado ontem trata de denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal que acusa o deputado de ter despesas eleitorais no valor de R\$ 168,6 mil da eleição de 2010 pagas pela empresa Eucatex, pertencente a sua família, sem que o dinheiro tivesse sido declarado na prestação de contas entregue à Justiça Eleitoral.

16 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

Dirceu e mais 14 acusados viram réus da Lava Jato

**Juiz Sérgio Moro acata denúncia contra
o ex-ministro de Lula que
ainda tem pena pendente por condenação
no processo do mensalão**

São Paulo - O juiz federal Sérgio Moro aceitou a denúncia do Ministério Público Federal contra o ex-ministro José Dirceu e outras 14 pessoas acusadas de envolvimento na corrupção da Petrobras. Três anos após ser condenado no julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal e com o cumprimento da pena ainda pendente, Dirceu volta a ser réu em ação penal, desta vez acusado de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e associação criminosa. Pessoas próximas também foram incluídas no processo: o irmão Luiz Eduardo e Julio César dos Santos, sócio JD Consultoria, empresa do petista. O ex-ministro está preso desde 3 de agosto, quando foi deflagrada a 17ª fase da Operação Lava Jato, batizada de "Pixuleco".

Em despacho em que recebeu a denúncia, Moro afirma que há indícios nas provas documentais de repasses feitos pelo lobista Milton Pascowitch a favor de Dirceu. A denúncia

afirma que o volume de pagamentos relacionados a esse caso soma R\$ 53,8 milhões. A ação se refere apenas a obras da Petrobras em três refinarias e a uma unidade de tratamento de gás.

De acordo com a acusação do Ministério Público Federal, a JD Consultoria recebeu pagamentos de empreiteiras contratadas pela Petrobras sem produzir nenhum tipo serviço de volta. Os procuradores acreditam que os repasses na verdade eram propina com origem em contratos na estatal, já que Renato Duque, ex-diretor de Serviços da companhia, tinha apoio do ex-ministro. Duque também virou réu na ação.

AVIÃO

O Ministério Público afirma ainda que Milton Pascowitch intermediou pagamentos das empresas para Dirceu. Ainda de acordo com a denúncia, o delator pagou para o ex-ministro reformas e aquisição de imóveis e bancou a compra de

uma parcela de uma aeronave Cessna. Os procuradores acreditam que o ex-ministro recebeu de maneira direta ou indireta um total de R\$ 11,9 milhões. A filha do petista foi acusada de lavagem ao se beneficiar da venda de uma casa para a empresa Jamp, de Pascowitch. Também réu na ação, Pascowitch tinha firmado um acordo de delação e prestou depoimentos fundamentais para a investigação sobre o ex-ministro.

O ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto é acusado de articular repasses das empresas para o PT, incluindo por meio de doações oficiais. Três sócios da empreiteira Engevix também viraram réus.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Moro rejeitou a parte da denúncia que se referia à filha do ex-ministro Camila Ramos e à arquiteta Daniela Silva Facchini, que trabalhou na reforma de um imóvel do petista. Para o juiz, a arquiteta aparenta “ser mais uma testemunha do que uma acusada”. Não há prova, escreveu Moro, de que a filha soubesse detalhes de uma negociação de imóvel descrita pelo Ministério Público na denúncia.

OUTRO LADO

O advogado Roberto Podval, que defende José Dirceu, o irmão do ex-ministro e a filha dele afirmou que essa é uma “decisão preliminar” e que está se dedicando à defesa dos clientes que apresentará em dez dias. “Foi um grande alívio para o próprio Zé ver a filha dele fora dessa história. Mostra bom senso do juiz”, disse o advogado. A defesa de Renato Duque disse que ainda não teve conhecimento sobre a denúncia do ex-diretor e só se pronunciará depois que for comunicada oficialmente sobre ela. A defesa de Roberto Marques, ex-assessor de Dirceu, pondera que tanto a denúncia como o despacho de recebimento “carecem de fundamentação qualquer fundamentação” e contem imputações “embasadas exclusivamente na versão unilateral dos delatores”. A defesa de Cristiano Kok e José Antunes Sobrinho, sócios da Engevix, preferiu não se manifestar sobre a ação, mas disse que a empresa está colaborando com a Justiça. A reportagem ainda não localizou os advogados dos demais acusados.

16 SET 2015

OPERAÇÃO PIXULECO

Os novos réus da Lava Jato acusados por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa são:

- 1) José Dirceu de Oliveira e Silva
- 2) João Vaccari Neto
- 3) Julio Gerin de Almeida Camargo
- 4) Fernando Antônio G. Hourneaux de Moura
- 5) Olavo Hourneaux de Moura Filho
- 6) Luiz Eduardo de Oliveira e Silva
- 7) Roberto Marques
- 8) Júlio César dos Santos
- 9) Renato de Souza Duque
- 10) Pedro José Barusco Filho
- 11) Gerson de Melo Almada
- 12) Cristiano Kok
- 13) José Antunes Sobrinho
- 14) Milton Pascowitch
- 15) José Adolfo Pascowitch

Fonte: Força-tarefa do Ministério Público Federal

16 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

Corrupção tira R\$ 200 bi ao ano dos cofres públicos

Elizabeth Lopes e
Julia Affonso
Agência Estado

São Paulo - Em um momento em que o governo da presidente Dilma Rousseff tenta aprovar um novo pacote de ajuste fiscal a fim de fechar o rombo em suas contas públicas, o procurador da República Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa da Operação Lava Jato, disse que os recursos desviados em esquema de corrupção no Brasil tiram dos cofres públicos algo em torno de R\$ 200 bilhões por ano.

Em exposição realizada na manhã de ontem, no lançamento da campanha "10 Medidas contra a Corrupção", Dallagnol disse que em um ano de Lava Jato já foram denunciadas mais de 150 pessoas, fechados mais de 28 acordos de delação premiada e revertidos voluntariamente aos cofres públicos mais de R\$ 1,5 bilhão. Segundo ele, as propinas pagas, que teriam sido desviadas dos cofres da Petrobras, somam mais de R\$ 6,2 bilhões. "Isso (R\$ 6,2 bi) é apenas a ponta do iceberg do que é desviado no Brasil, algo em torno de R\$ 200 bilhões", afirmou. "É um valor tão alto que não dá pra imaginar o que se faz com tanto dinheiro. Poderíamos triplicar os investimentos federais em saúde, educação, segurança."

A Lava Jato começou apurando um esquema dentro da Petrobras e agora se amplia para outros órgãos públicos, como a Caixa, a Angra Nuclear e ministérios, como o Planejamento, disse o procurador. "Hoje, o objeto do caso Lava Jato é a corrupção político-partidária, com desvio de dinheiro para fins eleitorais e para engordar o bolso dos envolvidos."

Dallagnol disse ainda que os crimes de corrupção no País matam mais do que os de homicídios e a repercussão da Lava Jato chegou a tal ponto que o tema virou corrente até em conversas de bar. "Vivemos um momento único e, se o perdermos, talvez não tenhamos outro. Por isso é preciso cobrar medidas de combate à corrupção, não só dos parlamentares", disse.

INFORME

Contra a corrupção

Representantes de sociedade civil se reúnem hoje, às 16 horas, com procuradores federais que atuam em Londrina para manifestar apoio à campanha Dez Medidas contra a Corrupção, lançada pelo Ministério Público Federal (MPF). O objetivo conseguir assinaturas de mais de 1,5 milhão de brasileiros para apresentar ao Congresso Nacional um pacote de iniciativa popular com dez projetos de lei anticorrupção. O encontro será na Associação Comercial e Industrial (Acil) e terá presença também de promotores e procuradores estaduais; Conselho Municipal de Transparência e Controle Social; Observatório de Gestão Pública; Secovi; Sescap; Sincoval; Sindimetal; Sinduscon; e Sociedade Rural. "Vamos definir estratégias para conseguir o apoio da comunidade, pois a corrupção é um peso que o Brasil não pode carregar", afirma o presidente da Acil, Valter Orsi. O evento é aberto a todos os interessados.

16 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

Curitiba é condenada por crime ambiental

Curitiba - O município de Curitiba foi condenado pela 11ª Vara Federal da capital a pagar indenização de R\$ 10 milhões e reparar danos ambientais decorrentes do lançamento de resíduos provenientes do Aterro da Caximba no Rio Iguaçu. Nos autos da Ação Civil Pública nº 2001.70.00.032368-3 foram determinadas várias medidas como recuperar o dano causado pelo chorume às águas do Rio Iguaçu e às águas subterrâneas, mediante a elaboração de plano de recuperação das águas a ser apresentado pela prefeitura ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para aprovação, com posterior execução. A indenização, com atualizações de juros e mora, será revertida para o Fundo Estadual do Meio Ambiente, informou a assessoria de imprensa da Justiça Federal do Paraná.

O município deverá exibir nos autos, em 180 dias, todos os procedimentos administrativos e as licenças ambientais expedidas para o funcionamento do Aterro Sanitário da Caximba; implementar medidas necessárias para adequar o lançamento de efluentes originados do Ater-

ro Sanitário da Caximba aos limites impostos pelas licenças; instalar sistema eficiente de tratamento do chorume do Aterro Sanitário da Caximba e instalar um sistema permanente de monitoramento compatível e eficiente para controlar os níveis e emissões dos efluentes líquidos tratados, bem como o controle dos níveis de poluição do solo, das águas superficiais e subterrâneas (lençol freático) da região de influência do aterro sanitário.

Em nota à imprensa, a prefeitura de Curitiba lembrou que a decisão em questão refere-se a uma ação ajuizada em 2001, quando o aterro da Caximba estava em plena atividade. Desde então, a área onde ficava o aterro – desativado em 2010 – “vem se transformando em referência de recuperação ambiental”. Segundo a nota, graças a uma parceria entre a prefeitura e as universidades Federal do Paraná e Positivo houve redução expressiva na maioria dos parâmetros de poluição monitorados: até 60% na carga poluidora de chorume, 98% no quesito matéria orgânica e até 80% no fósforo e nitrogênio. A prefeitura irá recorrer da decisão no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

16 SET 2015

BEMPARANÁ

D&staque

TJ do Paraná garante tratamento psicanalítico à vítima de acidente de aviação

O Tribunal de Justiça do Paraná, em acórdão recente, cujo relator foi o desembargador D'Artagnan Serpa Sá, manteve a decisão de antecipação de tutela para o custeio de tratamento psicanalítico a um aluno de aviação pelas sequelas causadas em decorrência de acidente ocorrido na tarde de 05 de julho de 2013.

De acordo com os autos, uma aeronave de pequeno porte de uma escola de aviação decolou do Aeródromo de Bacacheri com dois tripulantes para realizar vôo de instrução de navegação. Em decorrência de problemas mecânicos, o instrutor decidiu pousar no hipódromo e a aeronave capotou após o pouso, sofrendo danos substanciais. O instrutor e o aluno teriam saído "lesos". "Por certo que, para efeitos técnicos, é precisa a descrição. Ilesos, todavia, para os demais efeitos, não seria a palavra. Além dos ferimentos, ainda que leves, que efetivamente ocorreram, há sequelas mais profundas a se deixar em um ser humano que passou por uma experiência traumática do que aquelas que se resumem aos danos físicos", explica o advogado do aluno, Francisco Carlos Duarte.

E assim ressalta o laudo psicológico do processo, que comprova que:

"[...] o examinado passa por um momento de instabilidade emocional causando-lhe sofrimento psíquico e muitas vivências contraditórias. Na intenção de superar rapidamente esse trauma e poder retornar suas atividades, [o aluno] não percebe que inconscientemente tenta apagar o desconforto vivido e, o que percebemos, é a presença constante de episódios de esquecimentos de acontecimentos cotidianos. Recomendo a continuidade do tratamento psicanalítico para que o mesmo tenha percepção de suas necessidades, motivações, dificuldades e conflitos e, assim, possa lidar melhor com eles, possibilitando uma qualidade de vida mais satisfatória. Para tanto, faz-se necessário um tratamento psicanalítico durante o período mínimo de dois anos, em sessões semanais [...]"..

O advogado do aluno pleiteou a antecipação de tutela para conceder ao autor a possibilidade de desde logo prosseguir com seu tratamento psicológico, antes que se veja finalizado o processo. O acórdão confirmou ser indubitável a necessidade do autor de se submeter a tratamento psicanalítico, para, ao menos, minorar seu sofrimento, não podendo esperar o provimento jurisdicional final para ver atendida as suas necessidades.

16 SET 2015

BEMPARANÁ

Justiça condena Curitiba por poluição

O Município de Curitiba foi condenado a indenizar e recuperar os danos ambientais decorrentes do lançamento de resíduos provenientes do Aterro da Caximba no Rio Iguaçu. A decisão é do juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba.

Nos autos da Ação Civil Pública foram determinadas várias medidas como recuperar o dano causado pelo chorume às águas do rio Iguaçu e às águas subterrâneas, mediante a elaboração de plano de recuperação das águas a ser apresentado pelo réu ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para aprovação, com posterior execução.

O Município ainda terá que pagar indenização pela poluição causada ao rio Iguaçu, fixada em R\$ 10 milhões, com atualizações de juros e mora, que deverão ser revertidos para o Fundo Estadual do Meio Ambiente.

O Município de Curitiba deverá exibir nos autos, em 180 dias, todos os procedimentos administrativos e as licenças ambientais expedidas para o funcionamento do Aterro Sanitário da Caximba, entre outras. Mesmo com recursos de apelação já recebidos previamente na sentença não há suspensão das determinações do julgado.

Revista

Em setembro de 2015 a Revista Governança Jurídica chega ao seu terceiro volume. Além de matérias relativas a governança, a nova edição também se concentra em assuntos como a Lei Anticorrupção, Lei da terceirização, o aumento dos tributos federais, etc. A distribuição é gratuita, basta no e-mail revistagj@ayadvogados.com.br. Para ler a versão online: <http://bit.ly/1hkOU5h>

Mestrado

As inscrições para o Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia do UniBrasil Centro Universitário estão abertas até o dia 20 de novembro. Serão disponibilizadas 20 vagas na área de concentração "Direitos Fundamentais e Democracia", com duração de dois anos. Mais informações: (41) 3361-4315 ou www.unibrasil.com.br/sitemestrado.

Teste

Edital de concurso público deve detalhar a maneira como o teste físico deve ser executado. O entendimento é da 1ª Câmara Cível do TJ de Goiás.

Aulas

Gustavo Henrique Justino de Oliveira, professor da USP e doutor em Direito do Estado, ministrará aula especial em curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional, ofertado pela ABDConst. Serão abordados os temas Terceiro Setor, Arbitragem e Poder Público. As aulas serão nos dias 18/09 (18h30 às 22h40) e 19/09 (8h às 12h). Informações em www.abdconst.com.br e (41) 3024-1167.

Direito sumular —

Súmula nº 507 do STJ-A acumulação de auxílio-acidente com aposentadoria pressupõe que a lesão incapacitante e a aposentadoria sejam anteriores a 11/11/1997, observado o critério do art. 23 da Lei n. 8.213/1991 para definição do momento da lesão nos casos de doença profissional ou do trabalho.

Audiência pode por fim à ocupação

Hoje, às 14h30, está marcado uma audiência de conciliação entre a reitoria da UFPR e os estudantes que ocuparam o prédio da administração da universidade na Justiça Federal. O objetivo é que haja uma última tentativa de diálogo com os manifestantes antes de uma possível reintegração de posse. A ocupação começou no dia 9 de setembro.

16 SET 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

JUIZA

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Vasconcelos, afastou das funções uma juíza de Londrina por suspeita de corrupção. De acordo com o processo, que corre em segredo de Justiça, a magistrada teria recebido dinheiro pra que um traficante de drogas não fosse preso e a mulher dele libertada. Ela ficará afastada das funções que exercia na 42.ª Zona Eleitoral até o fim do processo, mas vai continuar recebendo os salários, mesmo com “consistentes elementos de prova”.

16 SET 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

POLUIÇÃO!

Justiça condena
Curitiba por
despejo de
resíduos do
Caximba no
Rio Iguaçu

A Justiça Federal condenou o município de Curitiba por danos ambientais causados ao Rio Iguaçu, por causa do lançamento de resíduos provenientes do aterro da Caximba, que funcionou como depósito de lixo da capital e da região metropolitana entre 1989 e 2010.

A decisão foi tomada com base em ação civil pública movida em 2001 e obriga a prefeitura a pagar indenização de R\$ 10 milhões. O valor será repassado ao Fundo Estadual do Meio Ambiente, que receberá também outros R\$ 10 milhões por danos causados nas águas subterrâneas.

A cidade também deverá apresentar outras medidas pra recuperação do rio. Entre elas, a recuperação dos danos causados pelo chorume nas águas do rio e também nas águas subterrâneas.

A mesma decisão determina que o executivo municipal apresente todos os procedimentos administrativos e as licenças ambientais expedidas pro funcionamento do aterro; adequar o lançamento de efluentes originados do local, e instale um sistema de tratamento do chorume do aterro.

O município ainda deverá arcar com os custos do processo, que teve valores fixados em R\$ 5 milhões. O prazo dado pela Justiça pra que o município cumpra com todas estas medidas é de 180 dias.

O aterro do Caximba foi desativado no final de 2010, quase dez anos depois das primeiras evidências de esgotamento. Em 2004, a falta de espaço obrigou a prefeitura a construir um anexo de 51 mil metros quadrados, que ampliou a capacidade pra mais quatro anos. Depois, um imbróglia no processo de licitação aberto pra definição de um novo espaço pra despejo de lixo fez com que o aterro permanecesse em funcionamento até 2010.

16 SET 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

RÉU DE NOVO

Sérgio Moro
acata denúncia
contra José
Dirceu no
processo da
Lava Jato

Três anos após ser condenado pelo Mensalão, o ex-ministro José Dirceu agora é réu da Operação Lava Jato. Ontem, o juiz federal Sérgio Moro recebeu denúncia da Procuradoria da República, que acusa Dirceu, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e outras 13 pessoas, por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Dirceu e Vaccari estão presos em Curitiba, base da Lava Jato. A Procuradoria afirma que o ex-ministro recebeu, por meio de sua empresa de consultoria, a JD Assessoria, propina de empreiteiras contratadas pela Petrobras. Além da JD, são citados repasses de propina em contratos com as empresas Engevix Engenharia e Jamp Engenheiros Associados.

Conforme aponta Moro na decisão, Dirceu "teria recebido pelo menos R\$ 11.884.205,50, considerando apenas a Engevix". A propina, conforme a denúncia, foi distribuída por Dirceu em várias frentes, como para pagamento de parte do imóvel em que está localizada a sede da JD Assessoria, no bairro Ibirapuera, em São Paulo.

Vaccari é acusado de ter arrecadado vantagens ilícitas pra sua legenda. A decisão do juiz Moro alcança, inclusive, o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque, apontado como elo do PT no esquema de corrupção.

DEFESA

O criminalista Roberto Podval, que defende Dirceu, disse que vai esperar a intimação da Justiça Federal. "Aí teremos dez dias pra apresentarmos a defesa preliminar". Ele não quis adiantar a tese que apresentará ao juiz Moro. Durante as investigações da Polícia Federal, Podval reiterou que o ex-ministro jamais pegou propinas. Ele sempre afirmou que a JD Assessoria recebeu por trabalhos efetivamente realizados por Dirceu.

16 SET 2015

GAZETA DO POVO

Adin contra doação de empresas para campanhas volta à pauta do STF

Disputa sobre o assunto fica ainda mais confusa caso STF se posicione contra as doações

Chico Marés

■ A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra as doações empresariais para campanhas eleitorais volta à pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) nesta quarta. Em março do ano passado, o ministro Gilmar Mendes interrompeu o julgamento com um pedido de vistas ao processo. Na época, seis ministros haviam se manifestado favoravelmente à questão. Em tese, os seis votos seriam suficientes para tornar as doações inconstitucionais, mas até o fim do julgamento há a possibilidade de mudança nos votos.

O julgamento da Adin ocorre em paralelo às votações sobre o mesmo tema no Congresso, no contexto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma Política. Em 27 de maio, a Câmara aprovou mudança no texto constitucional que permite que empresas doem a partidos políticos, mas não a candidatos. Essa mudança constitucional ainda não foi analisada em plenário no Senado.

Também foi discutido um projeto de lei infraconstitucional sobre o assunto. Primeiro, a Câmara aprovou modificação no mesmo sentido. Depois, o Senado rejeitou a mudança feita pelos deputados e aprovou texto que proíbe as doações.

O projeto voltou à Câmara, que alterou novamente o texto para que as doações fossem consideradas legais — desta vez, o texto não volta ao Senado e segue para sanção presidencial. A presidente Dilma Rousseff (PT) tem até o próximo dia 30 para dar sua decisão final sobre o assunto.

Cenários

Com diversos atores debatendo em diferentes foros o mesmo tema, o cenário ficou bastante confuso. É provável, por exemplo, que tenhamos uma nova lei tratando de doações empresariais e uma decisão do STF contrária a essa mesma modalidade de doação. Para os juristas consultados pela reportagem da Gazeta do Povo, isso é má notícia para quem é contra as doações de pessoas jurídicas.

Ingo Sarlet, professor de Direito Constitucional da PUC-RS, e Egon Bockmann, professor de Direito Constitucional da UFPR, consideram

que a Adin não teria efeito sobre a nova legislação. Logo, caso Dilma sancione o texto, a ação perderia seu objeto — ou seja, seria necessário ingressar com uma nova ação no STF para discutir a legalidade da nova regra. Com um entendimento formado dos ministros sobre legislação similar, porém, o resultado provavelmente se repetiria.

Outro cenário possível se dá com a aprovação da PEC — na prática, isso significa que a permissão de doações empresariais passaria a constar explicitamente na Constituição. No entendimento de Bockmann, nesse caso, o assunto deixa de ser passível de discussão na Justiça. Apenas um eventual vício formal no processo de tramitação tornaria a emenda constitucional “derrubável” pelo STF — ainda que, em raras ocasiões, os ministros tenham adotado outro entendimento, o que considera “assustador”.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

VALIDADE

Mudanças podem ficar para 2018, diz Fux

16 SET 2015

Além da relação com o Congresso, há também o debate sobre a vigência dessa decisão. Para vigorar em uma eleição, uma mudança legal precisa ser aprovada até, no máximo, um ano antes das eleições. Logo, esse prazo acaba em 2 de outubro – em pouco mais de duas semanas. Caso o julgamento da Adin sobre as doações eleitorais se encerre depois desta data, a decisão poderá valer somente a partir de 2018.

Em entrevista ao jornal O Globo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux declarou que, caso esse imbróglio não seja resolvido até lá, as eleições de 2016 ocorrerão com as regras atualmente vigentes. Porém, isso não deve ser ponto pacífico. Assim, é provável que o debate sobre o tema se arraste até o ano que vem, com novos contornos e novas disputas. Fux é um dos ministros que votou a favor da inconstitucionalidade das doações.

Para Ingo Sarlet, professor de Direito Constitucional da PUC-RS, a Constituição é clara ao definir que mudanças relevantes nas regras eleitorais não podem vigorar imediatamente quando promulgadas a menos de um ano das eleições. “Há um entendimento do STF de que aspectos secundários podem ser alterados. Mas esse [possibilidade de doações empresariais] não parece ser o caso”, afirma, ponderando que esta é sua visão, e que os ministros podem entender de forma diferente.

Esse cenário só ocorrerá caso a presidente Dilma Rousseff (PT) veto o texto aprovado recentemente na Câmara sobre o tema – ela tem até 30 de setembro para se manifestar. Caso sancione as novas regras para doações empresariais, a Adin perderia objeto e as regras valeriam em 2016 (CM)

16 SET 2015

GAZETA DO POVO

STF nega pedido, e caso de Gleisi não fica com relator da Lava Jato

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, não atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para reconsiderar a decisão de redistribuir parte da investigação da Operação Lava Jato em que a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) é citada. O caso saiu do gabinete de Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, após ele entender que não há relação entre o relatório que aponta indícios contra a petista e o esquema de corrupção na Petrobras. Após sorteio feito pela presidência do Supremo, a relatoria do caso passou a ser do ministro Dias Toffoli.

A PGR recorreu ao STF contra o encaminhamento do caso a Toffoli, sob alegação de que existe elo entre as informações sobre a senadora petista e a Lava Jato. "Dentro do esquema apurado na Lava Jato, Ricardo Pessoa [dono da construtora UTC] referia que os valores pagos a título de propina eram 'descontados' da 'conta-corrente' que mantinha com o Partido dos Trabalhadores", escreveu a vice-procuradora-geral, Ela Wicco, sobre o caso.

Lewandowski entendeu que não cabe o recurso da PGR contra a decisão de redistribuir o procedimento, que não se trata ainda de investigação formal sobre a ex-ministra da Casa Civil. A Procuradoria pode insistir no questionamento para levar o caso ao plenário do Supremo.

Gleisi é investigada como suposta beneficiária de parte de valores que transitaram pelo fundo da empresa Consist — suspeita de desvios de empréstimos consignados no âmbito do Ministério do Planejamento. O ex-ministro Paulo Bernardo (Comunicação e Planejamento), marido de Gleisi, também é citado nas informações encaminhadas ao STF.

Temor

O temor de investigadores da força-tarefa da Lava Jato é de que a decisão do STF traga impacto nos casos conduzidos em Curitiba (PR) pelo juiz Sergio Moro. A definição do Supremo pode abrir brecha para questionamentos sobre a competência de Moro para conduzir outros casos que não estão diretamente ligados ao esquema na Petrobras.

16 SET 2015

GAZETA DO POVO

Justiça leva 14 anos para julgar poluição na Caximba

Angieli Maros e Katia Brembatti

Com um lapso de tempo que deixou a questão turva, a Justiça decidiu que a prefeitura de Curitiba deve recuperar o Rio Iguaçu e aos lençóis freáticos de danos supostamente causados pelo aterro da Caximba — e ainda desembolsar R\$ 25 milhões como punição. A ação judicial foi proposta em 2001. De lá para cá, muito chorume escorreu. A operação do aterro foi encerrada em 2010 e só cinco anos depois a Justiça Federal decidiu que a prefeitura é culpada. Apesar da sentença, nada deve mudar na prática. É que o caso foi julgado em primeira instância e cabe recurso, com efeito suspensivo, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região — e o próximo julgamento vai demorar.

A ação judicial foi proposta pela Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária (Amar), com o argumento de que a operação do aterro era muito poluente. Muitas perícias e argumentos depois, a Justiça concordou que a prefeitura deveria arcar com os prejuízos ambientais que teria causado. A condenação determina que seja feita a recuperação das águas subterrâneas e de um trecho do Rio Iguaçu contaminados pelo chorume (líquido fétido e poluente que escorre do lixo em decomposição). Além disso, a prefeitura teria de pagar R\$ 20 milhões ao Fundo Estadual de Meio Ambiente e mais R\$ 5 milhões a título de honorários de sucumbência (pagamento pelas custas do processo e pelo trabalho dos advogados que atuaram na ação).

A prefeitura contesta a decisão, alegando que a sentença tem problemas formais, como fixação de honorários acima do limite estabelecido de 20% do valor da causa, e que desconsiderou que o aterro não está mais recebendo lixo. Também discorda do chamado julgamento de mérito, com a justificativa de que todas as técnicas mais modernas foram usadas à época para manter a poluição dentro de padrões ambientalmente aceitáveis e que tomou medidas, após o encerramento das atividades em 2010, para diminuir os impactos.

Em nota, a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente informou que uma parceria firmada com universidades conseguiu a redução de até 60% no chorume, por exemplo. O monitoramento no local deve continuar por mais 30 anos e envolve 20 funcionários. A prefeitura também não concorda que a multa, caso seja paga, vá para o fundo estadual, uma vez que o dinheiro não seria obrigatoriamente aplicado na área da Caximba.

16 SET 2015

GAZETA DO POVO

Audiência discute desocupação

Diego Antonelli

A Justiça Federal agendou para esta quarta-feira (16) uma audiência de conciliação para debater a ocupação do prédio da Reitoria da UFPR. Segundo o despacho do juiz Augusto César Pansini Gonçalves, da 4.ª Vara Federal de Curitiba, a medida é uma tentativa de evitar o emprego de força policial desnecessária em uma possível ação de reintegração de posse. Segundo o magistrado, o que se busca é um acordo entre as partes. O encontro será às 14h30, na sede da Justiça Federal.

Devem ser discutidos os termos para uma possível desocupação do edifício, invadido no dia 31 de agosto. A decisão do juiz é resultado do pedido de reintegração de posse feito pela UFPR na última sexta-feira (11). Além da administração da universidade, foram intimados representantes do Comando de Greve Estudantil, da Associação dos Professores da UFPR e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba.

Em comunicado publicado na página do movimento no Facebook, os estudantes afirmam que permanecerão no prédio da Reitoria até, pelo menos, a realização da audiência. Os alunos querem a abertura do orçamento da universidade; melhorias na assistência; recuo no corte de 56 bolsas de pesquisa e suspensão do calendário letivo.

Maluf vira réu pela 4.ª vez no Supremo

O deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) virou réu em ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF) sob acusação de fraudar a prestação de contas de sua campanha à Câmara em 2010. Ele responderá por falsidade ideológica. Maluf é réu em outras três ações no STF sob acusação de superfaturar obras e enviar ao exterior verba desviada quando foi prefeito de São Paulo. O advogado de Maluf, Maurício Leite, negou irregularidades e afirmou que não é possível apontá-lo como autor do crime porque o deputado não assinou a prestação de contas.

Justiça decreta prisão de ex-governador do Mato Grosso

A Justiça de Mato Grosso determinou a prisão preventiva do ex-governador Silval da Cunha Barbosa (PMDB), sob suspeita de desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro. Ele não foi encontrado e era considerado foragido até as 19h30 desta terça-feira (15). Uma operação conjunta da Polícia Civil com promotores e juízes resultou na prisão de dois ex-secretários de Fazenda da gestão do peemedebista. A reportagem não conseguiu localizar o advogado do ex-governador nem dos ex-secretários presos nesta terça (15).

16 SET 2015

GAZETA DO POVO

Quase sete homicídios por dia ocorrem no Paraná

Número de assassinatos se refere à média dos registros do primeiro semestre de 2015. Em relação ao ano passado, houve queda no índice

Diego Ribeiro

O Paraná registrou 1.203 assassinatos no primeiro semestre deste ano. São quase sete homicídios dolosos (com intenção de matar) por dia em todo o estado. Os dados foram divulgados na terça-feira (15), pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, com atraso de mais de dois meses. Comparado com 2014, houve uma queda de 9% nos assassinatos em todo estado. Apesar disso, o Paraná ainda tem uma taxa de 21,5 homicídios dolosos para cada 100 mil habitantes. O dado é pouco mais que o dobro do considerado tolerável pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A queda estadual é puxada pela redução nas principais cidades do Paraná. Em Curitiba, conforme a **Gazeta do Povo** adiantou em julho, o número de homicídio caiu 28% neste primeiro semestre. Em Londrina, a queda chegou a 50%. Maringá, Ponta Grossa,

Guarapuava, Foz do Iguaçu e Cascavel, registraram diminuição de 39%, 4%, 38%, 10% e 16%, respectivamente.

De acordo com o delegado geral da Polícia Civil, Júlio Reis, a criação de unidades especializadas nas maiores cidades colaborou para prevenção de novos crimes. "Além de ressaltar a integração com operações policiais conjuntas, foram criadas três delegacias estratégicas em Maringá, Londrina e Cascavel", comentou.

Para o secretário da Segurança, Wagner Mesquita, houve também uma intensificação do trabalho de qualificação policiais nas unidades da Polícia Militar. Mais de 200 policiais passaram por um período de capacitação para aprender a trabalhar com as estatísticas produzidas pela Coordenadoria de Planejamento e Estatística (Cape) da pasta. Com isso, mais unidades puderam acompanhar onde os crimes estavam acontecendo com mais precisão para poder planejar ações nestas localidades.

Aumento expressivo

Na região metropolitana de Curitiba, os assassinatos aumentaram 12,6% em relação ao mesmo período do ano passado. O dado saltou de 308 para 347. O número mais temerário, contudo, é o do Lito-

ral do Paraná, onde houve crescimento de 41%. Nos primeiros seis meses de 2014, ocorreram 39 assassinatos naquela região, enquanto neste ano foram 52. De acordo com Reis, a Polícia Civil estuda a possibilidade de a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), que investiga exclusivamente assassinatos em Curitiba, apurar também crimes das cidades da região metropolitana da capital.

CONTINUA

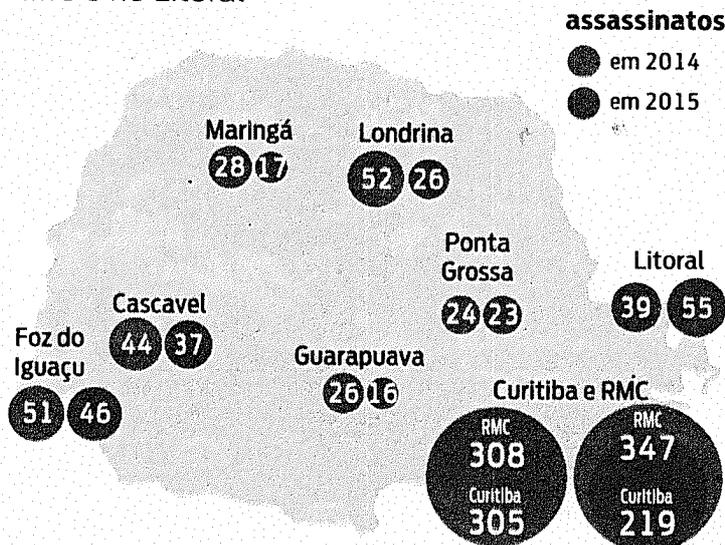
16 SET 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ASSASSINATOS NO PARANÁ

De acordo com as estatísticas da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, há uma tendência de queda na taxa dos homicídios na maior parte do estado. As regiões com aumentos mais expressivos são na RMC e no Litoral



VARIAÇÃO 2014-2015

Curitiba	-28%	
RMC	12%	
Londrina	-50%	
Maringá	-39%	
Cascavel	-16%	
Guarapuava	-38%	
Foz do Iguaçu	-10%	
Ponta Grossa	-4%	
Litoral	41%	

Fonte: Sesp. Infografia: Gazeta do Povo.

OUTROS CRIMES

Estado também registrou uma média de 10 latrocínios por mês nos primeiros seis meses de 2015

O número de latrocínios (roubo seguido de morte) no Paraná aumentou 28% no primeiro semestre de 2015.

O número de ocorrências saltou de 49 para 63 casos em todo o estado: são 10 assaltos seguidos de morte por mês.

Curitiba

A capital registrou 14 latrocínios, um a cada duas semanas, no mesmo período de 2015. Curitiba representa 22% do total desse tipo de crime no estado. Segundo o delegado geral da Polícia Civil, Júlio Reis, os policiais têm se empenhado para solucionar os latrocínios ocorridos no estado.

“Nos próximos 60 dias, vamos reforçar o efetivo de policiais nas delegacias especializadas no combate a estas modalidades criminosas com o término do curso de formação na Escola Superior de Polícia Civil”, disse.

De acordo com Reis, agentes de todo o estado têm trabalhado com empenho para solucionar latrocínios. **(DR)**

16 SET 2015

GAZETA DO POVO

Modelo fitness pediu ajuda a advogado antes da morte

Rodrigo Batista

O advogado criminalista Claudio Dalledone relatou em depoimento à Polícia Civil que foi procurado pela modelo fisiculturista Renata Muggiatti, 32 anos, dias antes da morte dela. Dalledone afirmou que foi contatado no dia 7 de setembro pela jovem pelo Facebook. Ele disse ter recebido informações sobre supostas agressões que ela sofria. Dalledone prestou depoimento sobre o assunto na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Nas mensagens, a modelo pediria ajuda ao advogado e teria enviado fotos do rosto dela e partes do corpo com hematomas, supostamente provocados por agressões do namorado. Em depoimento à Polícia Civil, o advogado apresentou as mensagens e contou sobre a conversa, dizendo que não reconhecia até o momento em que ela entrou em contato com ele.

Dalledone tentou tranquilizá-la durante a conversa e aconselhou que a modelo registrasse boletim de ocorrência na Delegacia da Mulher. Renata teria explicado durante a conversa que não havia, até aquela data, registrado nenhuma queixa contra o namorado porque gostava dele.

Ao fim da conversa, enviou o número de celular dela ao advogado, mas os dois não se falaram mais. Dalledone informou à DHPP que soube da mor-

te da moça após um contato que o ex-marido dela teve com ele. A reportagem tentou entrar em contato com o advogado do namorado de Renata, mas as ligações não foram atendidas até o fechamento desta edição.

A Polícia Civil confirmou que o advogado prestou depoimento à DHPP e que o conteúdo da oitiva vai auxiliar nas investigações.

Morte

Renata morreu na madrugada de sábado (12), após cair da janela do apartamento onde morava em Curitiba. Após a morte da modelo, uma mensagem que teria sido feita por ela no Facebook começou a circular na rede social. O texto, segundo a Polícia Civil, caracterizava o caso como suicídio, mas os investigadores ainda averiguam o real horário da postagem, bem como os acontecimentos que precederam este fato.

A Polícia Civil já ouviu o namorado da vítima. Ele prestou esclarecimento aos policiais no apartamento em que ela estava antes de morrer. Ele afirmou, segundo a polícia, que antes de ela ter supostamente se jogado da janela do prédio, ele teria evitado duas tentativas de suicídio dela. Na terceira vez, entretanto, ele afirmou que estava em outro cômodo do apartamento e não conseguiu evitar a morte da jovem.

Ainda de acordo com a Polícia, há informações de que Renata e o namorado tinham um relacionamento conturbado. Foi constatado que no dia 7 de setembro a Polícia Militar havia feito um atendimento a uma ocorrência que envolveu o casal.

16 SET 2015

GAZETA DO POVO

Cerca de 25 mil vagas deixarão de ser preenchidas

Cursinhos preparatórios apostam na realização dos concursos da Caixa e do BB

Luis Lomba,
especial para Gazeta do Povo

A decisão do governo Dilma de suspender os concursos públicos no ano que vem congela expectativas de quem estuda de olho em um emprego federal. Cerca de 25 mil vagas deixarão de ser preenchidas por concurso no governo no ano que vem, segundo estimativa da Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (Anpac).

“O cancelamento seria bem recebido se fossem cortados os 100 mil cargos comissionados no governo federal”, afirma a diretora da Anpac, Maria Thereza Sombra. Para ela, a medida terá alcance limitado. “O governo federal não pode se meter no Judiciário e no Legislativo”, argumenta.

Em Curitiba, a suspensão dos concursos não altera o planejamento dos cursinhos preparatórios, segundo João Viana, diretor do curso Solução, um dos maiores e mais tradicionais de Curitiba, há

32 anos no mercado. “Atrapalha, mas para nós não afetou muito. Prejudica, pois o anúncio não foi muito claro. As pessoas veem a notícia, depois percebem que não é bem assim”, diz. “Começamos hoje duas turmas para o concurso do INSS, uma de manhã e outra de noite, com 210 alunos. Já passamos por isso antes, no governo FHC, com a suspensão de concursos.”

Viana aposta que os concursos do INSS e da Caixa Econômica Federal serão realizados no primeiro trimestre do ano que vem. “Esses dois vão sair e tem também o do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que já está confirmado, pois a Justiça do Trabalho tem dotação orçamentária própria.” No momento, a turma de alunos para o concurso do TRT tem 80 inscritos e para o da Copel, 460 alunos.

Para quem estuda para concursos e acompanha o vianão-vai do lançamento de editais, a suspensão dos concursos do Executivo federal não chegou a surpreender. É o caso de Adriel Yoshio Santos Igarashi, 27 anos de idade, mestre em Engenharia Elétrica. “A medida já era esperada pelos concurseiros. O Rio Grande do Sul já tinha suspenso concursos por um ano”, diz.

Igarashi estuda de seis a dez horas por dia, em casa,

EXPLOSAO

Os concursos públicos federais se multiplicaram a partir de 2003. Enquanto 51,6 mil servidores foram contratados por concurso nos governos FHC, nos governos Lula esse número chegou a 151,2 mil. O Poder Executivo tem 39 ministérios, com orçamento de R\$ 2,8 trilhões em 2015. Cerca de 616 mil servidores civis trabalham no Executivo federal. De 2002 para cá, quase 130 mil servidores federais civis foram contratados.

com aulas pela internet. Ele se prepara para concursos desde 2013, quando concluiu o mestrado e constatou que os salários eram abaixo do que esperava. “O número de faculdades aumentou muito e, com mais mão de obra, os salários estão baixos. Resolvi seguir pela área pública”, conta. “Não tenho perspectiva positiva para 2016. Para quem está estudando, o negócio é se manter motivado para 2017”, afirma. Ele passou em concursos na Receita do Rio Grande do Sul e espera ser chamado. “Temo que comissionados ocupem os cargos de servidores aposentados. A lei não permite a substituição de cargos efetivos por comissionados, mas pode acontecer”, diz.

CONTINUA

16 SET 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

EXPECTATIVA

Concursos já autorizados devem ser mantidos

Concursos federais já autorizados devem ser mantidos, avalia a Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (Anpac). É o caso do teste para preencher 286 vagas nas agências reguladoras de Saúde Suplementar (ANS), de Petróleo, Gás e Biocombustível (ANP) e de Aviação Civil (Anac), que já tem o aval do Ministério do Planejamento. Os cargos são para nível médio e superior, mas ainda não há data para o edital.

No momento, os cursos preparatórios estão cheios de alunos focados em seleções para a Advocacia-Geral da União (AGU), as agências reguladoras, os ministérios do Planejamento e da Fazenda, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tesouro Nacional, a Receita Federal, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e, especialmente, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que tem, déficit estimado de 10 mil servidores.

Em julho o Ministério do Planejamento publicou no Diário Oficial da União edital de seleção pública para analista de planejamento e orçamento. São 80 vagas, com remuneração inicial de R\$ 15.003,70, todas para Brasília.

Protesto

Servidores e aspirantes a funcionários do Banco Central fizeram uma manifestação no Senado, enquanto o presidente da autarquia, Alexandre Tombini, participava de audiência pública. O protesto, que ocorreu de forma pacífica, era contra a proposta do governo de reajuste salários, equiparação de carreiras e o fim da nomeação de concursados. Sem alarde ou palavras de ordem, os funcionários e aspirantes empunhavam pequenos cartazes com as suas reivindicações, enquanto Tombini dava declarações. Ele chegou a dizer que a entidade é enxuta, com 4,2 mil funcionários.

16 SET 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Número de homicídios dolosos cai pelo terceiro ano

No primeiro semestre deste ano foram registrados 1.203 assassinatos



Pelo terceiro ano consecutivo, o Paraná apresentou queda no índice de homicídios dolosos (com intenção de matar) no período referente ao primeiro semestre. Foram 1.203 assassinatos de janeiro a junho deste ano, contra 1.321 no mesmo período de 2014. A redução de 9% foi constatada em levantamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública divulgado ontem.

Em 2013, o número ficou em 1.323 e no ano anterior em 1.578. Na comparação com o ano de 2010, a redução no índice chega a 33% em todo o Estado. Das 23 Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisps) do Paraná, 14 apresentaram redução. Em Curitiba, com quase 18% da população do Estado, a redução nos homicídios dolosos chegou a 28% - de 305 no primeiro semestre de 2014 para 219 neste ano.

Além de Curitiba, a tendência de queda se refletiu em outros grandes centros urbanos do Estado, como nas regiões de Londrina (-37%), Guarapuava (-34%), Ponta Grossa (-17%), Maringá (-16%) e Foz do Iguaçu (-16%). "Estamos num círculo virtuoso", afirmou o secretário da Segurança Pública, Wagner Mesquita. ■

16 SET 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro aceita denúncia contra Dirceu e mais 14

Todos os citados passaram à condição de réus na Lava Jato

**A acusação
contra o ex-
ministro se
baseou nas
afirmações
de Pasco-
witch,
em depoimento
de delação
premiada**



O juiz federal Sérgio Moro aceitou ontem denúncia contra o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Além de Dirceu, passaram à condição de réus da 17ª fase da Operação Lava Jato o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e mais 13 investigados.

A acusação contra o ex-ministro se baseou nas afirmações do empresário Milton Pascowitch, em depoimento de delação premiada. O advogado Roberto Podval, que representa Dirceu, disse que vai se pronunciar sobre as acusações do delator apenas no processo. A defesa do ex-tesoureiro do PT reafirmou que Vaccari somente arrecadou doações lícitas, por meio de depósitos bancários e com emissão de recibos.

Além de José Dirceu e João Vaccari, o juiz Sérgio Moro tornou réus Julio Gerin de Almeida Camargo, Fernando Antônio Guimarães Hourneaux de Moura, Olavo Hourneaux de Moura Filho, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, Roberto Marques, Júlio César dos Santos, Renato Duque, Pedro José Barusco Filho, Gerson de Melo Almada, Cristiano Kok, José Antunes Sobrinho, Milton Pascowitch e José Adolfo Pascowitch. ■

NOTA POLÍTICA

Caixa 2

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que, se o tribunal mantiver a tendência de proibir esse tipo de doação, o país voltará a ter um “amontoado de caixa dois”. Para o ministro, caso o Supremo decida vetar transferências de empresas para candidatos e partidos, a parte da reforma política que trata dessas doações, que foi aprovada pelo Congresso e que ainda depende de aval da presidente Dilma Rousseff, estará ameaçada.